

Entre o trabalho subordinado e o trabalho emancipado: um estudo sobre as contribuições da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

Ana Livia de S. Coimbra^{1*}, Mariana C. Carvalho²

^{1} Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Juiz de Fora/MG. analivia.coimbra@ufjf.edu.br*

² Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. marianauff@yahoo.com.br

Resumo

A proposta de estudo que apresentamos inscreve-se entre aquelas que discutem as concepções e ações dos trabalhadores na construção de possibilidades de superação do trabalho subordinado, via autogestão. Diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à inserção no trabalho. Uma das modalidades tem sido a economia solidária. Além de cooperativas e associações, uma outra forma de organização são as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de auto-gestão. A Associação Nacional de trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) é um dos sujeitos coletivos que defendem a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo, bem como desenvolve uma metodologia direcionada a capacitar empresas de autogestão. Objetivamos **destacar e analisar as características conceituais e metodológicas da assessoria proposta pela ANTEAG** e sua aplicabilidade em uma unidades recuperada oriunda de massa falida, sob regime de auto-gestão, no marco das propostas de afirmação do trabalho emancipado.

Palavras-chave: Economia Solidária; Empresas Recuperadas; Emancipação do Trabalho.

1 Introdução

Diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à inserção no trabalho. Uma das modalidades tem sido a economia solidária que, para Singer (2003), constitui-se como uma forma de acesso aos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados) e destinação do excedente anual (sobras).

Durante nossa inserção na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como integrantes de uma equipe interdisciplinar (formada pelas áreas de administração, ciência da computação, comunicação, contabilidade, direito, economia, enfermagem, engenharia de produção, psicologia, além do serviço social), participamos do processo de assessoria a cooperativas e associações, de caráter popular. Os coletivos eram vinculados aos setores de alimentação, agricultura, artesanato, coleta e reciclagem de resíduos sólidos, cujos processos e produtos eram marcados pelo baixo uso de tecnologia. Além disso, eram formados por reduzido número de participantes, beneficiários de projetos e programas sociais (como o Bolsa-família), além de enfrentar graves dificuldades

financeiras para garantia da produção e da circulação de produtos ou serviços pelos coletivos de trabalho de que faziam parte.

Ao buscarmos respostas para os problemas enfrentados pelos grupos por nós assessorados, vimos que além das cooperativas e associações, os trabalhadores também se organizam sob outras formas de trabalho autogestionário, como as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de autogestão. Nos grupos incubados, a autogestão era a marca, mas o alcance do processo de produção e de circulação, assim como o número de trabalhadores ocupados, não se igualava ao de uma unidade oriunda de massa falida. Essas constatações foram pontos de partida para a proposta de estudo que aqui apresentamos, que encontra-se vinculada ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Trabalho e Mercado de trabalho” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, modalidade *Stricto Sensu*.

Inicialmente procuramos qualificar o que seria a autogestão praticada nestas unidades, para perceber quais as características que a afastariam da heterogestão, a praticada em empresas capitalistas. Em Albuquerque (2003, p.20), encontramos:

Por autogestão, em sentido *lato*, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Este conceito transposto para o universo produtivo dos trabalhadores, traz para a autogestão uma quádrupla dimensão. Para o autor, a primeira refere-se a uma construção social, onde a autogestão é concebida como expressão de um processo democrático que produz ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dele participam. A segunda dimensão é a econômica, onde se destaca que a autogestão refere-se diretamente às relações sociais de produção, cujas práticas destacam o fator trabalho em detrimento do capital. A terceira é a dimensão política, que se fundamenta a partir de valores, princípios e práticas que favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja resultado de uma construção coletiva que passa pelo poder compartilhado e que garante o equilíbrio de forças e respeito aos diferentes sujeitos dentro da organização. A quarta é a dimensão técnica, que abre possibilidades para uma outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Especificamente sobre as segunda e quarta dimensões apontadas por Albuquerque (2003), que nos propomos a refletir. Em que condições é possível assegurar que a autogestão seja de fato a expressão de uma nova forma do trabalhador se vincular ao trabalho? E ainda: de que maneira os trabalhadores de unidades de autogestão constroem e se apropriam de estratégias que levem a efetividade do trabalho autogestionário em contraposição ao trabalho subordinado? No Brasil é possível encontrar tais experiências?

A princípio apontamos que em nosso país o marco inicial para estas experiências é 1994. Naquele ano, os trabalhadores de empresas autogestionárias oriundas de massa falida começaram a se organizar em torno da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, a ANTEAG. Surgiriam ali diferentes sujeitos que construiriam a chamada economia solidária, como resultado de movimentos sociais que reagiram à crise do desemprego em massa. Com o fechamento de várias indústrias brasileiras - consequência do processo de abertura de mercado praticado a partir dos princípios neoliberais - os operários passam a ter apoio de assessores sindicais e conseguem tomar posse da massa falida da empresa que antes os empregavam, formando, assim, unidades de produção que garantiriam

os postos de trabalho (ANTEAG, 2008).

Nossa intenção ao propor este estudo é o de construir respostas para as questões que estamos levantando, permitindo conhecer e analisar criticamente aspectos importantes de um processo produtivo diferente daquele que ocorre numa empresa capitalista, além de destacar as iniciativas que os trabalhadores têm construído para, de fato, concretizar a utopia do trabalho não assalariado.

Outrossim, avaliamos que a socialização de nosso estudo e as discussões que possam dele surgir, significarão para nós o aprofundamento da reflexão sobre a temática, a medida da pertinência dos caminhos adotados e a criticidade das conclusões, ainda que parciais, a que chegamos.

2 Delimitação do Tema

Um marco importante para se delimitar o surgimento de novas formas de produção e distribuição, que se agrupam sobre o signo do trabalho autogestionário, é a década de 1990. Neste período, verifica-se um contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego e de ampliação dos índices de desemprego. Na verdade, expressões fenomênicas da crise estrutural do capital³, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas, e não somente no Brasil, a partir do início dos anos 1970 (ANTUNES, 1999).

Na tradição marxista, o trabalho é premissa básica para a existência da vida humana. Enquanto forma de apropriação material da natureza, comporta diversos procedimentos que irão constituir a identidade de quem sobre ele atua. Faz parte da condição humana: não vale apenas pelo que representa enquanto meio de sobrevivência, mas por assegurar também a qualidade que identifica o homem, distinguindo-o como ser social e genérico (MARX, 1994). O trabalho é a dimensão fundante do ser. Ponto de partida para o processo de humanização, distingue o homem dos outros animais. Enquanto o animal é um ser imediato, o homem é um ser da mediação; enquanto um age por instinto, o outro pode, por meio da escolha e da ação, se libertar do jugo das forças da natureza.

À uma concepção genérica do trabalho, como atividade vital do ser humano, Marx contrapõe a particularidade do trabalho no capitalismo, onde se concretiza o trabalho abstrato, corresponde ao valor de troca da mercadoria. O trabalho converte-se em meio de subsistência do trabalhador e propriedade do capitalista. Assim, o trabalho torna-se alienado, arrancando-lhe também a sua vida genérica. Trabalho estranhado que se relaciona à propriedade privada, que para Marx (ibid, p. 96) constitui-se “a expressão sensível e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e inumano, de que a sua exteriorização de vida é o seu desapossamento de vida, a sua realização é a sua desrealização, uma realidade estranha”.

Com o trabalho associado, em substituição ao trabalho assalariado, expressam-se possibilidades emancipatórias. Marx (1980, p.26, grifos nossos) a isso já se referia nas Resoluções da I Internacional, em 1864.

Estamos falando do movimento cooperativo e, sobretudo, das fábricas cooperativas, organizadas com muitos esforços e sem nenhuma ajuda oficial,

³ Cabe ressaltar que as crises no capitalismo são cíclicas e permanentes. Para Coimbra (2006), no modo de produção capitalista, a crise não é algo somente conjuntural, mas um elemento constituinte e estrutural, que conjuga processos que não são exteriores ao capital, portanto, parte constitutiva dos limites que o próprio capital alcança com o desenvolvimento de suas contradições fundamentais.

pela iniciativa de algumas “mãos” (hands) audazes. É impossível exagerar a importância dessas grandes experiências sociais. *Com atos e não com argumento, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna, pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de produção, para darem frutos, não necessitam ser monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado – assim como o trabalho dos escravos e dos servos – é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto, interesse e alegria.*

Em que contexto podemos inserir hoje o trabalho associado? Em Antunes (2006), encontramos indicações para responder a esta pergunta. O autor, ao se basear no pensamento de Mézários, afirma que na atualidade, o sistema capitalista atingiu uma fase de desenvolvimento histórico em que o desemprego é a sua característica dominante. A questão não é se vai haver ameaça aos trabalhadores por parte do desemprego ou do trabalho temporário flexível, e sim *quando* estes trabalhadores, forçosamente, irão vivenciar a precarização. Os principais aspectos centrais nos dias de hoje são: a globalização do desemprego e do trabalho temporário; o mito da flexibilidade; e a mudança das trocas socioeconômicas que são reguladas pela submissão da tirania do “tempo de trabalho necessário”, como solução possível aos problemas, e a emancipação por meio do “tempo disponível”, como alternativa ao modo de reprodução sociometabólica do capital.

Neste cenário desfavorável para os trabalhadores, encontra-se a chamada economia solidária, onde consideramos que se desenvolvem, na atualidade, os preceitos do trabalho associado. Afirmamos que quando surge uma unidade de autogestão, estrutura-se uma lógica diferente da empresa capitalista. Em geral, é formada por ex-empregados de uma mesma empresa ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, que recebem apoio de outras empresas solidárias, incubadoras universitárias, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, dentre outros.

A autogestão é um modelo de organização que combina propriedade e controle efetivo dos meios de produção aliados à gestão democrática e está relacionada, desde sua origem, com as lutas dos trabalhadores e do movimento operário (CATANNI, 2003). Assume, de um lado, uma conotação econômica que é associada a uma necessidade gerencial capaz de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa e, de outro, retoma as lutas políticas e ideológicas que deram origem ao conceito, ou seja, é associada a um ideal utópico de transformação social (NOVAES, 2008).

A ANTEAG, que aqui apresentamos inicialmente, é um dos sujeitos coletivos que preconizam a autogestão como forma de acesso e permanência dos trabalhadores no processo produtivo. Foi criada a partir da dinâmica de ampliação das pautas de luta do movimento sindical, em contexto de aumento da precarização e do desemprego no início da década de 1990. Para Pochmann (1998), surge um conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil, vinculados a múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais. A percepção era que se o capitalismo vem se tornando cada vez mais flexível, e modelável, para manter a sua posição, as instituições representativas dos trabalhadores também se reformulam e passam a pensar em sua práxis

sobre outros termos, configurando assim, o universo que representa o que ele denomina “as novas faces do trabalho”⁴.

A recuperação de empresas pelos trabalhadores, desde o seu início, foi concebida como uma eficaz resposta para a crise, determinando a configuração dos objetivos e ações da ANTEAG. Entidade sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, foi formada por ex-dirigentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. Em 1994, no seu I Encontro Nacional, definiu seus objetivos: discutir os princípios da autogestão, a viabilidade econômico-financeira, os aspectos jurídicos e a negociação com antigos fornecedores e clientes; implementar um projeto educativo pautado na autogestão das empresas; discutir o processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica; apurar a tecnologia nas novas empresas (ANTEAG, 2008).

A ANTEAG é uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária. Representa e assessora empresas de autogestão, organiza e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária nos setores têxtil, agrícola e agroindustrial, alimentício, calçadista, metalúrgico, mineração, serviços, confecção, plástico, coleta seletiva, cerâmica, mobiliário, papel e papelão, artesanato e agroextrativista. Seu processo de assessoria e formação dos trabalhadores é similar ao realizado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. São hoje filiadas à ANTEAG 265 empresas, agrupando aproximadamente 35 mil trabalhadores, em 15 estados do Brasil (CRUZ, 2008).

É no quadro formado pelas concepções e ações dos trabalhadores para construção das possibilidades de superação do trabalho subordinado, via autogestão, que se inscreve esta proposta de estudo.

3 Objetivos

a) Objetivo geral

Destacar e analisar as características conceituais e metodológicas da assessoria da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e sua aplicabilidade em unidades recuperadas oriundas de massa falida sob regime de auto-gestão, no marco das propostas de superação do trabalho subordinado.

b) Objetivos específicos

- Apresentar e analisar o contexto de surgimento da economia solidária no Brasil e da autogestão, correlacionando-as com o movimento de reestruturação produtiva do capital;
- Levantar e analisar as particularidades teórico-metodológicas das propostas de trabalho da ANTEAG junto às unidades de produção associadas sob regime de autogestão;
- Destacar a dialética presente na relação entre o que é declarado enquanto projeto de mudança nas concepções e discurso da ANTEAG e o resultado objetivado na

⁴ Autores como Boito Júnior (1999) e Coimbra (2006) destacam que estas novas iniciativas do movimento sindical brasileiro devem ser analisadas como uma das tentativas de superação de sua crise iniciada na década de 1990 e são marcadas, muitas vezes, por práticas *conciliatórias*, nos dizeres do primeiro autor, e *ocupacionistas*, nos dizeres da segunda autora.

organização e relações de trabalho em uma unidade recuperada oriunda de massa falida sob regime de auto-gestão;

- Destacar os impasses, congruências, incongruências e contradições das propostas de superação do trabalho subordinado por meio da autogestão.

4 Metodologia

Visando aprofundar o conhecimento sobre a problemática apresentada neste artigo, propomos como metodologia para investigação o estudo bibliográfico preliminar e pesquisa de campo. Como ponto de partida estudaremos a reestruturação produtiva, com ênfase em suas consequências (onde destacamos a ampliação do desemprego estrutural e a precarização do trabalho), a partir da década de 1990, tomada como recorte para se compreender o universo do trabalho autogestionário no Brasil. Neste sentido, buscaremos apreender a experiência autogestionária, a partir de dois momentos: análise das concepções da principal organização de representação deste universo, a ANTEAG; destaque da aderência destas concepções em um contexto fabril específico. Para isso adotamos a seguinte sistemática de estudos:

1. Análise documental da ANTEAG: estatuto social, regimento interno, informativos, materiais pedagógico utilizados em cursos de formação;
2. Entrevista com dirigentes ligados à ANTEAG: Diretoria (presidente; vice-presidente; secretário-geral; tesoureiro; diretor executivo); Conselho Fiscal e Departamentos Administrativo Financeiro e Jurídico, Comunicação, Departamento de Projetos e Negócios, Educação e Relações Institucionais;
3. Entrevista com trabalhadores integrantes de uma empresa autogestionária associada a ANTEAG, no Estado de Minas Gerais, a partir de escolha aleatória.

Em síntese, a pretensão deste estudo é a de análise crítica da autogestão, ilustrando esta parte da história dos trabalhadores brasileiros com cores reais, retiradas deste universo onde este tipo de organização do trabalho, contraditoriamente, é construído e determinado pelo contexto capitalista em que ela se manifesta.

5 Conclusões

No contexto contemporâneo de uma nova e abrangente crise do capital, torna-se evidente a necessidade de refletirmos sobre as possibilidades de sucesso e limites das organizações autogestionárias, sob a perspectiva da economia solidária, no ambiente capitalista.

Singer (1998) apresenta que as relações de trabalho assalariadas, apesar de dominantes, não dão conta de incorporar a totalidade da força de trabalho disponível, o que torna a economia solidária uma importante alternativa de acesso ao trabalho. Encontramos ainda que os princípios que norteiam as propostas autogestionárias vão de encontro à produção capitalista - que baseia-se na propriedade privada dos meios de produção, no assalariamento e na divisão do trabalho, tendo como finalidade principal a maximização das taxas de lucro. As diferenças entre a autogestão e a heterogestão são visíveis não somente na esfera da produção, mas também na esfera da circulação de mercadorias, já que as formas de comercialização também se diferenciam, a exemplo das redes de consumo e o comércio justo.

Tal como, em outra oportunidade, analisamos os impasses e desafios para as cooperativas populares no contexto da produção capitalista (COIMBRA, 2007), afirmamos que os avanços, recuos, limites e contradições na trajetória das empresas recuperadas são consequências do contexto social em que se inscrevem. Ainda que as cooperativas, associações e empresas

recuperadas possam vivenciar e consolidar sua organização fundamentada nos princípios da economia solidária - propiciada por cursos, oficinas, assembleias, fóruns de discussão e participação popular e na própria vivência cotidiana do trabalho associado - a realidade tem lhes sido desfavorável.

Neste processo, também respondemos afirmativamente à advertência de Tauile (2009), no que se refere à importância de não nos atermos somente à esfera da circulação, a esfera do mercado de trabalho. Por esse motivo, construímos um estudo que se preocupa com o indicado pelo autor, de que para entendermos a ordem social do capitalismo é necessário voltarmos os olhos para o interior da fábrica, onde poderemos encontrar explicações convincentes para os problemas fundamentais do mundo do trabalho, além de vislumbrar uma forma de inclusão social a partir da geração de trabalho e renda, com redução dos níveis de hierarquia, relações de trabalho menos autoritárias e mais cooperativas.

Partindo do pressuposto que as crises são elementos constitutivos da dinâmica societária tipicamente capitalista e que, nesse contexto, a necessidade de criação e/ou preservação de trabalho e renda conferem legitimidade às iniciativas de autogestão dos trabalhadores, defendemos a relevância de refletirmos sobre as alternativas trazidas pela economia solidária e a viabilidade de expansão dessa forma de organização da produção no marco do capitalismo contemporâneo.

6 Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, P., 2003. *Autogestão*. In CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- ANTEAG., 2008. *Autogestão*. Disponível em <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em 20 set.
- ANTUNES, R., 1999. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ANTUNES, R., 2006. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- BOITO JR., A., 1999. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- CATTANI, A., 2003. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- COIMBRA, A. L. *Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da Central Única dos Trabalhadores na década de 90*. 233f. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- COIMBRA, A. L. & BRAGA, M. *Princípios e ações em economia solidária: a Intcoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG*. *Revista Proposta*. N 36., 2007.
- CRUZ, A., 2008. *As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: As tendências estruturais do mercado de trabalho*. Disponível em <http://br.geocities.com/mcrost07/20050216a_as_condicoes_historicas_do_aparecimento_da_economia_solidaria_no_brasil.htm>. Acesso em 29 set.
- MARX, K., 1994. *Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante.
- _____, 1980. *Sindicalismo*. Tradução de J.R. Marinho. São Paulo: CHED Editorial.
- _____, 1971. *O Capital*, Vol. 1 2 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- MÉSZÁROS, I., 2006. *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. [tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa]. São Paulo: Boitempo.
- NOVAES, H., 2008. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos/adequacao-socio-tecnica-fabricas-recuperadas/adequacao-socio-tecnica-fabricas-recuperadas.shtml>>. Acesso em 3 de out.

POCHMANN, M., 1998. *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.

SINGER, P., 1998. *Globalização e Desemprego diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.

_____ & SOUZA A. (orgs), 2003. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.

TAUILE, J. R., 2009. *Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento – escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.